

Atlas Energia Renovável do Brasil

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	6
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	7
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados	9
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Caixa e equivalentes de caixa	8	55.567	24.619	160.615	244.128	Fornecedores	15	22.398	45.153	30.653	26.349
Contas a receber	9	11.737	40.517	37.491	39.396	Obrigações fiscais		116	21	1.307	1.565
Impostos a recuperar		-	221	-	283	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	2.686	2.329
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		293	71	1.472	304	Obrigações sociais e trabalhistas		-	513	-	514
Adiantamento a fornecedores		158	776	5.196	4.283	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	56.184	57.374
Dividendos a receber	24	4.169	4.442	-	-	Debêntures	16	-	-	7.257	6.070
Outras contas a receber		2	91	2.083	4.547	Provisão de ressarcimento e cessão a pagar	17	-	-	27.110	2.321
Total do ativo circulante		71.926	70.737	206.857	292.941	Dividendos a pagar	24	-	9.445	-	9.445
Caixa restrito	10	-	-	27.203	18.864	Mútuos financeiros com partes relacionadas	24	19.724	34.408	-	-
Investimentos em controladas	11	699.994	866.125	-	-	Passivo de arrendamento	12	-	-	90	82
Direito de uso	12	-	-	14.039	13.129	Outras contas a pagar	15	60.026	84	64.042	12.881
Imobilizado	13	835	1.073	1.351.826	1.367.064	Total do passivo circulante		102.264	89.624	189.329	118.930
Intangível	14	-	-	84.392	100.036	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	560.935	584.064
Total do ativo não circulante		700.829	867.198	1.477.460	1.499.093	Debêntures	16	-	-	206.906	199.688
						Provisão para desmobilização	18	-	-	48.689	32.985
						Passivo de arrendamento	12	-	-	7.967	8.056
						Total do passivo não circulante		-	-	824.497	824.793
						Patrimônio líquido	19				
						Capital social		664.870	814.198	664.870	814.198
						Reserva de capital		3.251	3.251	3.251	3.251
						Reserva de lucros		2.370	30.862	2.370	30.862
						Total do patrimônio líquido		670.491	848.311	670.491	848.311
Total do ativo		772.755	937.935	1.684.317	1.792.034	Total do passivo e patrimônio líquido		772.755	937.935	1.684.317	1.792.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	20	-	-	237.231	244.628
Custos de operação	21	-	-	(102.719)	(90.282)
Lucro bruto		-	-	134.512	154.346
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(22.567)	(11.863)	(17.202)	(25.745)
Outras receitas operacionais		-	1.586	-	-
Outras despesas operacionais		(560)	-	(401)	(1.619)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(23.127)	(10.277)	116.909	126.982
Receitas financeiras		318	1.286	6.996	5.680
Despesas financeiras		(1.259)	(1.296)	(124.694)	(83.573)
Resultado financeiro líquido	22	(941)	(10)	(117.698)	(77.893)
Resultado de equivalência patrimonial	11	13.017	50.054	-	-
Resultado antes dos impostos		(11.051)	39.767	(789)	49.089
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	-	-	(10.262)	(9.322)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		(11.051)	39.767	(11.051)	39.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(11.051)	39.767	(11.051)	39.767
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(11.051)</u>	<u>39.767</u>	<u>(11.051)</u>	<u>39.767</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucro / (Prejuízo) acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar		Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	869.435	(6.145)	-	540	7.699	-	871.529
Redução de capital por reorganização societária	(45.841)	-	-	-	-	-	(45.841)
Transações de capital	(3.251)	-	3.251	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.988	-	(1.988)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(7.699)	-	(7.699)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	28.334	(28.334)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(9.445)	(9.445)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.767	39.767
Saldos em 31 de dezembro de 2020	820.343	(6.145)	3.251	2.528	28.334	-	848.311
Redução de capital	(149.328)	-	-	-	-	-	(149.328)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(17.441)	-	(17.441)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(11.051)	(11.051)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(158)	(10.893)	11.051	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	671.015	(6.145)	3.251	2.370	-	-	670.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixas individuais e consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(11.051)	39.767	(789)	49.089
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades financeiras:					
Depreciação	13	238	243	47.918	48.389
Amortização de intangível	14	15.644	-	15.644	-
Depreciação do ativo de direito de uso	12	-	108	285	638
Amortização do custo de desmobilização	12	-	-	279	191
Baixa de ativo imobilizado	13	-	-	26	-
Juros sobre empréstimos	16.I	-	-	76.893	41.526
Juros e correção monetária sobre debêntures	16.II	-	-	30.359	17.921
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	16	683	683
Juros sobre mútuos financeiros com partes relacionadas	22	53	-	-	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	18	-	-	2.615	2.046
Bônus de adimplência	16.I	-	-	(1.980)	(915)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(13.017)	(50.054)	-	-
Provisão (reversão) de ressarcimento e cessão a pagar		-	-	24.789	(4.093)
Baixa de arrendamento, líquido		-	(11)	-	(29)
		(8.133)	(9.931)	196.722	155.446
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		28.780	-	1.905	14.313
Contas a receber partes relacionadas		-	(16.891)	-	(2.756)
Impostos a recuperar		221	(188)	283	(187)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(222)	-	(1.168)	-
Adiantamento a fornecedores		618	675	(913)	3.911
Outras contas a receber		89	960	2.464	(1.883)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(22.755)	(678)	(14.028)	(8.429)
Contas a pagar partes relacionadas		-	38.974	-	14.528
Obrigações sociais e trabalhistas		(513)	(1.574)	(514)	(1.615)
Obrigações fiscais		95	13	(258)	146
Pagamento de ressarcimento		-	-	-	(4.137)
Outras contas a pagar		(58)	(1.173)	(8.839)	2.804
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(1.878)	10.187	175.654	172.141
Pagamento de juros de financiamentos	16.I	-	-	(73.412)	(16.245)
Pagamento de juros sobre debêntures	16.II	-	-	(11.011)	(9.211)
Pagamento de juros de passivo de arrendamentos	12	-	(16)	(683)	(796)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(9.902)	(8.148)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(1.878)	10.171	80.646	137.736
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Integralização de capital na investida	11	(2.201)	-	-	-
Redução de capital nas investidas	11	161.636	56.416	-	-
Dividendos recebidos		4.342	31.805	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	-	(1.115)	(2.762)	(16.452)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado) nas atividades de investimento		163.777	87.106	(2.762)	(16.452)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Caixa restrito		-	-	(8.339)	16.014
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	16.I	-	-	(28.349)	(1.417)
Pagamento de principal de debêntures	16.II	-	-	(10.943)	(11.693)
Captação de empréstimos e financiamentos	16.I	-	-	2.529	5.042
Pagamento de principal de arrendamento	12	-	(103)	(81)	(361)
Captação de mútuos com partes relacionadas		20.581	-	-	-
Pagamento de principal de mútuos com partes relacionadas		(35.318)	(21.293)	-	-
Pagamento de dividendos		(26.886)	(10.266)	(26.886)	(10.266)
Redução de capital	19	(89.328)	-	(89.328)	-
Caixa líquido cindido na reestruturação		-	(46.719)	-	(48.590)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(130.951)	(78.381)	(161.397)	(51.271)
Aumento líquido / (Redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		30.948	18.896	(83.513)	70.013
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	24.619	5.723	244.128	174.115
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	55.567	24.619	160.615	244.128
		30.948	18.896	(83.513)	70.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. (“Companhia”) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

1.1. Efeitos COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprova em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas; quarentena, restrição de atividades; realização de exames médicos e vacinação; restrição de entrada e saída no país entre outras.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que não foram detectados riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações, tendo em vista que as controladas da Companhia detêm contratos de venda de energia firmados antes do evento da COVID-19 que estão assegurados pela CCEE. Mesmo com as restrições da pandemia, a curva de geração não foi afetada tendo em vista que a Companhia depende única e exclusivamente da irradiação solar e comandos que são realizados remotamente, e não há, até o momento, nenhuma evidência de inadimplência por parte dos clientes.

Veja abaixo o comparativo do faturamento do exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, com o mesmo exercício de 2020:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Faturamento (período de 12 meses)	246.235	254.049

Conforme demonstrado acima, podemos verificar que o volume de faturamento, apresentou uma redução de 3,1%, que está atrelada principalmente a dois fatores. O primeiro está relacionado ao corte da geração mensal aplicada pelo ONS por conta da limitação da rede de transmissão localizada na região dos ativos, que tem acontecido sistematicamente em vários parques do nordeste. Em segundo lugar, o efeito do La Ninã ocasionou uma menor irradiação no ano resultando em menor geração e receitas para o projetos. Sendo assim, os impactos não se originam dos efeitos da pandemia do COVID-19.

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 30.338 na controladora (R\$ 18.887 em 31 de dezembro de 2020). O capital circulante negativo em 2021 deve-se, principalmente, aos saldos de redução de capital a se realizar em 2022, conforme nota explicativa nº 15.

A Administração entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista as integralizações de capital restantes.

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.3 Autorizações para exploração

As controladas atuam no ambiente de contratação regulado e participaram de leilões para Contratação de Energia promovidos pela ANEEL e como vencedoras receberam a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos.

Para os empreendimentos que participaram dos Leilões de Energia de Reserva (“LER”), que incluem São Pedro, Juazeiro e Sol do Futuro, os contratos de fornecimento de energia são firmados exclusivamente com a CCEE pelo prazo de 20 anos, consumindo 100% da garantia física das usinas. Somente após este período, as controladas poderão negociar a energia gerada em outros ambientes de comercialização. Ao final do prazo de autorização as controladas poderão solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possuem direito a receber qualquer indenização relativa aos ativos de geração.

Para o projeto de Barreiras, embora também atue no ambiente de contratação regulado, sua participação foi no 25º Leilão de Energia Nova (“LEN”), cujos contratos são firmados com as concessionárias de distribuição de energia, com prazo de 20 anos de vigência, consumindo 91% de sua garantia física, o saldo remanescente da capacidade física fica à disposição das controladas para comercialização no mercado livre.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Leilão de:</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW médio)</i>	<i>Garantia Física (Médio) *</i>	<i>Período suprimento</i>	<i>Preço / MWh (a)</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Índice de reajuste</i>	<i>Início da operação comercial</i>
São Pedro II	ago/15	02/03/2016 a 02/03/2051	27,00	8,0	01/08/2017 a 31/07/2037	R\$ 409,44	ACR - 07º LER	BA	IPCA	08/11/2018
São Pedro IV	ago/15	22/03/2016 a 22/03/2051	27,00	8,0	01/08/2017 a 31/07/2037	R\$ 409,44	ACR - 07º LER	BA	IPCA	08/11/2018
Sol do Futuro I	set/15	02/06/2016 a 02/06/2051	27,00	5,4	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 400,28	ACR - 08º LER	CE	IPCA	02/03/2019

Sol do Futuro II	set/15	02/06/2016 a 02/06/2051	27,00	5,4	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 401,63	ACR - 08° LER	CE	IPCA	02/03/2019
Sol do Futuro III	set/15	08/06/2016 a 08/06/2051	27,00	5,4	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 407,72	ACR - 08° LER	CE	IPCA	02/03/2019
Juazeiro I	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 407,08	ACR - 08° LER	BA	IPCA	12/12/2018
Juazeiro II	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 407,08	ACR - 08° LER	BA	IPCA	18/12/2018
Juazeiro III	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 407,08	ACR - 08° LER	BA	IPCA	13/12/2018
Juazeiro IV	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 407,08	ACR - 08° LER	BA	IPCA	19/12/2018
Solar Barreira I	abr/17	04/07/2018 a 04/07/2053	23,66	7,5	01/01/2021 a 31/12/2040	R\$ 162,30	ACR - 25° LEN	BA	IPCA	01/12/2019
Solar Barreira II	abr/17	04/07/2018 a 04/07/2053	23,66	7,5	01/01/2021 a 31/12/2040	R\$ 162,30	ACR - 25° LEN	BA	IPCA	01/12/2019
Solar Barreira III	abr/17	04/07/2018 a 04/07/2053	23,66	7,5	01/01/2021 a 31/12/2040	R\$ 165,81	ACR - 25° LEN	BA	IPCA	01/12/2019
Solar Barreira IV	abr/17	04/07/2018 a 04/07/2053	23,66	7,5	01/01/2021 a 31/12/2040	R\$ 165,81	ACR - 25° LEN	BA	IPCA	01/12/2019

1.4 Reorganização societária

Em 01 de agosto de 2020 os acionistas da Companhia deliberaram acerca da transferência das ações ordinárias e nominativas de parte de suas investidas diretas para outras companhias do Grupo, com o objetivo de possibilitar que a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. realize a separação de seus ativos operativos, pré-operacionais (em construção) e *Pipeline*. As Companhias que incorporaram o acervo cindido estão sob controle comum da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

O objetivo da reorganização societária, teve por finalidade segregar os portfólios do grupo que estão em estágio de desenvolvimento e pré-operacionais, daqueles que se encontram em operação comercial. Os ativos líquidos cindidos pela companhia correspondem a projetos em desenvolvimento e pré-operacionais.

A cisão foi realizada mediante transferência integral dos acervos líquidos das companhias investidas diretas à data base de 31 de julho de 2020.

As Companhias cindidas foram Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda, Atlas CasaBlanca Holding S.A., Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 31 de julho de 2020. Assim, os resultados apurados a partir de 01 de agosto de 2020 fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas das companhias já mencionadas. Abaixo seguem os acervos patrimoniais cindidos e incorporados nas demonstrações financeiras individuais das Companhias Atlas do Brasil Holding 1 S.A. e Atlas do Brasil Holding 2 S.A.:

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Acervo cindido - 31 de julho de 2020	Acervo incorporado - 31 de julho de 2020	
	Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
Ativo			
Equivalentes de caixa	(46.719)	33.331	13.388
Total do ativo circulante	(46.719)	33.331	13.388
Investimento - Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia	1.097	(1.097)	-
Investimento - Atlas CasaBlanca Holding	(2.877)	2.877	-
Investimento - Atlas Brasil Comercializadora de Energia	580	-	(580)
Total do ativo não circulante	(1.200)	1.780	(580)
Total do ativo	(47.919)	35.111	12.808
Passivo			
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.078)	-	2.078
Total do passivo circulante	(2.078)	-	2.078
Patrimônio Líquido			
Capital social cindido	(45.841)	35.111	10.730
Total do patrimônio líquido	(45.841)	35.111	10.730
Total do passivo e patrimônio líquido	(47.919)	35.111	12.808

Abaixo, apresentamos o acervo contábil consolidado cindido das Companhias Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda, Atlas CasaBlanca Holding S.A., Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.:

Ativo	2020	Passivo	2020
Caixa e equivalente de caixa	48.590	Fornecedores	(356)
Impostos a recuperar	161	Obrigações fiscais	162
Adiantamento a fornecedores	(944)	Outras contas a pagar	267
Outras contas a receber	1.273	Obrigações sociais e trabalhistas	2.078
Total do ativo circulante	49.080	Fornecedores partes relacionadas	9.367
		Total do passivo circulante	11.518
Imobilizado	8.212	Patrimônio líquido	
Intangível	67	Capital social	45.841
Total do ativo não circulante	8.279	Total do patrimônio líquido	45.841
Total do ativo	57.359	Total do passivo e patrimônio líquido	57.359

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas	País	Participação acionária			
		2021		2020	
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda..	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2022.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras que são mensurados ao custo amortizado

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de uso e arrendamentos - Nota explicativa nº 12** Estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº13:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica;
- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 13:** Refere-se aos ativos de geração para os quais a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitada ao período de autorização.
- **Intangível - Nota explicativa nº 14:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis e sua respectiva vida útil;
- **Reconhecimento da provisão de ressarcimento e cessão a pagar – Nota explicativa nº 17:** a provisão de ressarcimento são reconhecidas quando a geração da planta for inferior ao montante contratado pela CCEE, conforme relatório de geração de cada planta de geração;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº 18:** Refere-se às principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno arrendado nas mesmas condições iniciais do contrato; e
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 25:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

i. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iii. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda

estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
- e
- o cumprimento das obrigações de desempenho contratual, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Contrato de energia de reserva: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

(ii) Mercado de curto prazo: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando a energia é produzida. A comercialização é realizada no âmbito da CCEE contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

e. Provisão de ressarcimento

O Grupo detém contratos de venda de energia de reserva com a CCEE, o qual prevêem a entrega de uma quantidade específica de energia ao longo do prazo do contrato. A cada 12 meses a CCEE realiza o levantamento de geração dos últimos 12 meses e compara com o montante de energia contratada para o mesmo período, caso o Grupo tenha gerado energia abaixo do volume

previsto no contrato, essa diferença no volume de energia a menor, será valorizada levando-se em consideração o PLD (preço de liquidação de diferenças) vigente e será pago para a CCEE em 12 parcelas subsequentes a este levantamento.

Caso no levantamento da CCEE seja apurado que o Grupo tenha gerado energia acima do previsto no contrato, o Grupo reconhece um contas a receber com a CCEE que será recebido em 12 parcelas subsequentes a este levantamento também considerando-se o PLD vigente.

Caso no levantamento da CCEE seja apurado que a Companhia tenha gerado energia abaixo do previsto no contrato, o Grupo reconhece uma cessão a pagar com a CCEE que será pago em 12 parcelas subsequentes a este levantamento também considerando-se o PLD vigente.

Tendo em vista este processo, o Grupo realiza o acompanhamento mensal da geração da planta versus a quantidade prevista no mês, com base no histórico de geração fornecido pela equipe comercial, e quando a geração ocorre abaixo da prevista no contrato, é reconhecida uma provisão de ressarcimento a pagar, em caso de geração acima da prevista no contrato, reconhecemos um contas a receber.

f. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada pela administração do Grupo, no qual de ativos operacionais fluirá em benefícios econômicos, conforme quadro abaixo:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamento de informática e telecomunicação	5 anos

A taxa de depreciação do item Planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta.

A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

Direitos de exploração dos contratos comerciais

Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica de Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica de intangível.

(i) Reconhecimento e Mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares	5 anos
Contrato de venda de energia	20 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros VJR a Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,75% a.a.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, ao qual a Companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas do Grupo:

- Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos bancários (a)	1.239	72	18.699	27.489
Aplicações financeiras curto prazo (b)	54.328	24.547	141.916	216.639

Caixa e equivalentes de caixa	55.567	24.619	160.615	244.128
--------------------------------------	---------------	---------------	----------------	----------------

- a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 93,0% ao ano (100,3% em 31 de dezembro de 2020), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes – Receita CER (a)	-	-	19.593	19.657
Contas a receber de clientes – Receita ACL (b)	-	-	-	10.643
Contas a receber de clientes – Receita ACR (c)	-	-	4.102	-
Contas a receber de clientes – Receita MCP	-	-	215	-
Contas a receber de clientes – Receita CER (Excedente) (d)	-	-	9.561	-
Contas a receber de partes relacionadas (e)	11.737	40.517	2.600	9.096
	11.737	40.517	37.491	39.396

- a) Referem-se ao registro do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- b) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre
- c) Referem-se ao excedente de energia gerada do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, referente ao ano de apuração agosto de 2020 a julho de 2021.
- d) Referem-se ao excedente de energia gerada no período de apuração contratual referente a energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica O saldo compreende R\$7.470 correspondente ao período de apuração anual de novembro de 2020 a outubro de 2021 e R\$2.091 correspondente ao período de apuração anual de novembro de 2021 a dezembro de 2021.
- e) Conforme nota explicativa nº 24.

O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante a título de provisão para crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos da CCEE. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

10 Caixa restrito

	Consolidado	
	2021	2020
Depósito caução - Garantia Financiamento	27.203	18.864

Total 27.203 18.864

Os valores em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Conforme contratos, antes de cada desembolso a Companhia possui a obrigação de depositar em caução 2,5% do valor a ser liberado. Os valores são mantidos como caixa restrito e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

11 Investimento em controladas

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Mais valia	31/12/2021
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	100%	11.952	(3.239)	3.500	15.452
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda.	100%	27.492	9	3.729	31.221
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	100%	51.741	4.402	22.121	73.862
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	100%	55.928	6.179	22.096	78.024
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	100%	55.490	6.548	22.096	77.586
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	100%	34.376	(6.585)	1.424	35.800
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	100%	34.631	(5.158)	1.424	36.055
Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	100%	36.337	(5.057)	1.424	37.761
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	100%	37.368	(4.674)	1.424	38.792
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	100%	270.287	20.592	5.154	275.441
Total dos investimentos		615.602	13.017	84.392	699.994

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Mais valia	31/12/2020
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda.		2	(4.501)	-	2
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	100%	25.484	2.208	4.149	29.633
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda.	100%	39.025	5.482	4.419	43.444
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	100%	57.490	3.608	26.222	83.712
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	100%	58.137	4.604	26.192	84.329
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	100%	58.461	4.067	26.192	84.653
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	100%	39.857	(774)	1.688	41.545
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	100%	39.155	1.172	1.688	40.843

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	100%	41.153	2.423	1.688	42.841
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	100%	41.819	2.373	1.688	43.507
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	100%	365.506	33.098	6.110	371.616
Outros investimentos	-	-	(3.706)	-	-
Total dos investimentos		766.089	50.054	100.036	866.125

- (i) As informações detalhadas da mais valia se encontram na nota explicativa nº 14.
A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

	31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aumento (redução) de investimentos	Dividendos	Eventos cisão parcial (i)	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Amortização de contrato de compra e venda de energia	Dividendos	Aumento (redução) de investimentos	31/12/2021
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	(390)	(4.501)	3.215	-	1.676	-	-	-	-	-	-
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda.	17	-	(15)	-	-	2	-	-	-	(2)	-
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	362.247	33.098	-	(23.729)	-	371.616	20.592	(956)	-	(115.811)	275.441
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	-	(1.941)	2.524	-	(583)	-	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V	-	(227)	-	-	227	-	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI	-	(206)	-	-	206	-	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII	-	(204)	-	-	204	-	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII	-	(181)	-	-	181	-	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I	82.152	3.608	-	(2.048)	-	83.712	4.402	(4.101)	(1.045)	(9.106)	73.862
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II	82.889	4.604	-	(3.164)	-	84.329	6.179	(4.096)	(1.467)	(6.921)	78.024
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III	83.524	4.067	-	(2.938)	-	84.653	6.548	(4.096)	(1.555)	(7.964)	77.586
Central Fotovoltaica São Pedro II	74.314	2.208	(46.412)	(477)	-	29.633	(3.239)	(649)	-	(10.293)	15.452
Central Fotovoltaica São Pedro IV	72.342	5.482	(30.560)	(3.820)	-	43.444	9	(690)	(2)	(11.540)	31.221
Solar Barreiras I Energia SPE	42.319	(774)	-	-	-	41.545	(6.586)	(264)	-	1.104	35.799
Solar Barreiras II Energia SPE	39.671	1.172	-	-	-	40.843	(5.156)	(264)	-	634	36.057
Solar Barreiras III Energia SPE	40.418	2.423	-	-	-	42.841	(5.057)	(264)	-	241	37.761
Solar Barreiras IV Energia SPE	33.669	2.373	7.465	-	-	43.507	(4.675)	(264)	-	223	38.791
Atlas CasaBlanca Holding Ltda.	-	(947)	4.058	-	(3.110)	-	-	-	-	-	-
Total	913.172	50.054	(59.725)	(36.176)	(1.199)	866.125	13.017	(15.644)	(4.069)	(159.435)	699.994

(i) Refere-se aos lucros e (prejuízos) obtidos pelas SPEs das holdings que foram cindidas.

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

A seguir resumo das controladas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

31/12/2021	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro (Prejuízo) do período
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	134.976	123.024	11.952	22.685	(3.239)
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda.	134.224	106.732	27.492	22.841	9
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	109.938	58.197	51.741	19.555	4.402
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	114.295	58.367	55.928	19.711	6.179
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	113.670	58.180	55.490	19.804	6.548
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	95.893	61.516	34.377	7.811	(6.586)
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	96.028	61.394	34.634	7.597	(5.156)
Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	99.952	61.616	36.336	7.762	(5.057)
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	98.582	61.217	37.365	8.084	(4.675)
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	604.187	333.900	270.287	101.381	20.592
Total dos investimentos	1.601.745	984.143	615.602	237.231	13.018

31/12/2020	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro (Prejuízo) do período
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda.	2	-	2	-	(4.501)
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	114.821	89.337	25.484	23.150	2.208
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda.	143.264	104.239	39.025	23.178	5.482
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	119.924	62.434	57.490	16.983	3.608
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	119.817	61.680	58.137	17.047	4.604
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	120.686	62.225	58.461	17.126	4.067
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	104.160	64.303	39.857	12.688	(774)
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	96.294	57.139	39.155	12.019	1.172
Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	98.026	56.873	41.153	12.329	2.423
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	99.984	58.165	41.819	12.232	2.373
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	686.355	320.849	365.506	97.876	33.098
Outros investimentos	-	-	-	-	(3.706)
Total dos investimentos	1.703.333	937.244	766.089	244.628	50.054

12 Direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatário em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2021
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Amortizações	
Ativo de direito de uso				
Ativo de direito de uso	7.713	-	(285)	7.428
Custo de desmobilização (a)	5.416	1.474	(279)	6.611
Total do ativo	13.129	1.474	(564)	14.039

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Baixa	Amortizações	
Ativo de direito de uso				
Ativo de direito de uso	9.296	(945)	(638)	7.713
Custo de desmobilização (a)	5.607	-	(191)	5.416
Total do ativo	14.903	(945)	(829)	13.129

(a) Conforme nota explicativa nº 18.

Composição dos saldos do passivo de arrendamentos:

	Consolidado	
	2021	2020
Passivo de arrendamento	8.057	8.138
Total	8.057	8.138
Circulante	90	82
Não circulante	7.967	8.056

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada abaixo:

	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2021
	Valor líquido em 31/12/2020	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento	8.138	(81)	(683)	683	8.057

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Total do passivo	<u>8.138</u>	<u>(81)</u>	<u>(683)</u>	<u>683</u>	<u>8.057</u>
-------------------------	---------------------	--------------------	---------------------	-------------------	---------------------

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2019	(Baixas)	Pagamentos de principal e juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento	9.528	(916)	(1.157)	683	8.138
Total do passivo	<u>9.528</u>	<u>(916)</u>	<u>(1.157)</u>	<u>683</u>	<u>8.138</u>

13 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil consolidado

Custo de aquisição:	31/12/2019	Adições	Transferências	Reorganização societária em 31/07/2020	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixa	31/12/2021
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	1.408.200	12.965	4.717	(8.212)	1.417.670	202	11.643	(26)	1.429.489
Benfeitorias em imóveis de terceiros	313	82	7	-	402	-	-	-	402
Moveis e utensílios	107	70	(20)	-	157	-	-	-	157
Imobilizado em andamento	10.453	3.335	(4.705)	-	9.083	20.892	(11.643)	-	18.332
Custo de desmobilização (a)	23.746	-	1	-	23.747	11.612	-	-	35.359
Total	1.442.819	16.452	-	(8.212)	1.451.059	32.706	-	(26)	1.483.739

Depreciação acumulada	31/12/2019	Adições	Transferências	Reorganização societária em 31/07/2020	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixa	31/12/2021
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	(35.034)	(47.481)	-	-	(82.515)	(46.591)	-	-	(129.106)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(37)	(38)	-	-	(75)	(53)	-	-	(128)
Moveis e utensílios	(29)	(18)	-	-	(47)	(18)	-	-	(65)
Custo de desmantelamento (a)	(566)	(792)	-	-	(1.358)	(1.256)	-	-	(2.614)
Total	(35.666)	(48.329)	-	-	(83.995)	(47.918)	-	-	(131.913)

Total do imobilizado	1.407.153	(31.877)	-	(8.212)	1.367.064	(15.212)	-	(26)	1.351.826
-----------------------------	------------------	-----------------	----------	----------------	------------------	-----------------	----------	-------------	------------------

a) Conforme nota explicativa nº 18.

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2021 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado.

Os ativos detidos pelo Grupo compõem as garantias da operação com os empréstimos, financiamentos e debêntures conforme descrito na nota explicativa nº16.

14 Ativos intangíveis

Custo de aquisição:	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Contrato de venda de energia	100.036	-	100.036	-	100.036
Software	147	-	147	-	147
Total	100.183	-	100.183	-	100.183
Amortização acumulada	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Contrato de venda de energia	-	-	-	(15.644)	(15.644)
Software	(87)	(60)	(147)	-	(147)
Total	(87)	(60)	(147)	(15.644)	(15.791)
Total do imobilizado	100.096	(60)	100.036	(15.644)	84.392

Contrato de venda de energia

Quando da aquisição das controladas inerentes aos projetos de Barreiras, Juazeiro, São Pedro e Sol do Futuro, a Companhia reconheceu junto com sua participação o montante de R\$100.036, que representa o montante excedente pago pela Companhia, no momento da aquisição das referidas controladas e referem-se ao valor justo dos contratos de venda de energia que essas controladas possuíam no momento da aquisição.

Projeto	SPE	Início do PPA	Prazo do PPA (Mês)	Término do PPA	Valor Ativo Intangível	Amortização acumulada em 31/12/2021	Mais valia líquida em 31/12/2021
PPA Manoel de Andrade	JUA I	01/11/2018	240	30/10/2038	1.334	(209)	1.125
PPA Manoel de Andrade	JUA II	01/11/2018	240	30/10/2038	1.592	(249)	1.343
PPA Manoel de Andrade	JUA III	01/11/2018	240	30/10/2038	1.592	(249)	1.343
PPA Manoel de Andrade	JUA IV	01/11/2018	240	30/10/2038	1.592	(249)	1.343
PPA São Pedro	SP II	01/08/2017	240	31/07/2037	4.149	(649)	3.500
PPA São Pedro	SP IV	01/08/2017	240	31/07/2037	4.419	(690)	3.729
PPA Sol do Futuro	SDF I	01/11/2018	240	30/10/2038	26.222	(4.101)	22.121
PPA Sol do Futuro	SDF II	01/11/2018	240	30/10/2038	26.192	(4.096)	22.096
PPA Sol do Futuro	SDF III	01/11/2018	240	30/10/2038	26.192	(4.096)	22.096
PPA Barreiras	SB I	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(264)	1.424
PPA Barreiras	SB II	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(264)	1.424
PPA Barreiras	SB III	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(264)	1.424
PPA Barreiras	SB IV	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(264)	1.424
					100.036	(15.644)	84.392

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contratação de serviços	157	267	10.292	10.247
Provisão de fornecedores (d)	-	-	18.332	-
Fornecedor partes relacionadas (a)	22.241	44.886	2.029	16.102
Total de fornecedores	22.398	45.153	30.653	26.349
Outras contas a pagar (b)	60.026	84	64.042	10.060
Compra de energia (c)	-	-	-	2.821
Total de outras contas a pagar	60.026	84	64.042	12.881
Total de fornecedores e outras contas a pagar	82.424	45.237	94.695	39.230

(a) Partes relacionadas

Conforme nota explicativa nº 24.

(b) Outras provisões - consolidado

Os principais valores que compõem os saldos de outras contas a pagar referem-se à redução de capital da Companhia aprovada pela 46ª Alteração Contratual no valor de R\$ 60.000 e a despesa com encargos com O&M (*Operation and Maintenance*) de R\$ 3.492 e auditoria R\$ 550.

(c) Compra de energia

Refere-se a saldos devedores junto a CCEE provenientes das operações de compra de energia.

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 25.

(d) Provisão de fornecedores

Valores relativo à estimativa de conclusão da obra referente à planta fotovoltaica.

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

I – Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2021	2020
Empréstimos e financiamentos bancários com garantia		
Saldo inicial	641.438	613.447
Empréstimos e financiamentos tomados (principal)	2.529	5.042
Pagamento de empréstimos	(28.349)	(1.417)

Juros incorridos no exercício (i)	76.893	41.526
Juros pagos (i)	(73.412)	(16.245)
Bônus de adimplência	(1.980)	(915)
Saldo final	617.119	641.438
Passivo circulante	56.184	57.374
Passivo não circulante	560.935	584.064

- (i) A variação significativa na correção monetária do exercício refere-se a mudança expressiva do IPCA acumulado no ano, sendo 2021 – 10,06% versus IPCA de 2020 em 4,52%.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os financiamentos celebrados em 2017 e em 2018 com o banco BNB são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal e pagamento trimestral de juros. Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

<u>Vencimento em:</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2022	-	38.938
2023	40.067	38.938
2024	40.067	38.938
2025	40.067	38.938
2026	40.067	38.938
2027 até 2037	400.667	389.374
	<u>560.935</u>	<u>584.064</u>

O Grupo possui um bônus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

A Administração do Grupo faz o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas no contrato de financiamento.

b. Garantias prestadas

As controladas pertencentes aos Complexos Barreira, Juazeiro e Sol do Futuro celebraram em 2017 e em 2018 contratos de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tendo como fiadores o Banco BTG Pactual, o Banco ABC Brasil e o Banco Bradesco. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelas controladas acima.

A título de contra garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas foram garantidas pelas seguintes garantias: (i) garantia fidejussória prestada pela Companhia; (ii) alienação

fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Companhia e da Atlas Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda.; (iii) alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas; (iv) cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e (v) compromisso de aporte de capital nas controladas, pela Companhia.

II – Debêntures

	Consolidado	
	2021	2020
Debêntures com garantia		
Saldo inicial	205.758	208.747
Pagamento de debêntures (principal)	(10.943)	(11.693)
Correção monetária incorridas no período	19.146	9.083
Juros incorridos no período (i)	11.213	8.838
Juros pagos	(11.011)	(9.217)
Saldo em final	214.163	205.758
Passivo circulante	7.257	6.070
Passivo não circulante	206.906	199.688

(i) A variação significativa na correção monetária do período refere-se a mudança expressiva do IPCA acumulado no ano, sendo 2021 – 10,6% versus IPCA de 2020 em 4,52%.

Em dezembro de 2019 as controladas Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. e Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A. registraram a emissão de 206.796 de Debêntures (111.278 de São Pedro II e 95.518 de São Pedro IV) ao Valor Nominal Unitário (VNU) de R\$ 1.000, totalizando o volume de emissão de R\$ 206.796, com prazo de vencimento de 15 anos e um mês contados da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2021, o Valor Nominal Unitário (VNU) atualizado é de R\$ 1,036 para São Pedro II (R\$ 1,004 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 1,035 para São Pedro IV (R\$ 1,005 em 31 de dezembro de 2020), totalizando o montante da debêntures de R\$ 216.455 (R\$205.758 em 31 de dezembro de 2020).

As Debêntures foram emitidas e escrituradas pelo Banco Citibank S.A.

O Valor Nominal Unitário (VNU) das Debêntures será amortizado integralmente em 30 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela paga em junho de 2020 e sua última parcela em janeiro de 2035. A remuneração será calculada de acordo com os percentuais descritos no cronograma abaixo:

Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado	Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado	Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado
1	15 de junho de 2020	2,75%	11	15 de junho de 2025	4,14%	21	15 de junho de 2030	9,14%
2	15 de dezembro de 2020	2,83%	12	15 de dezembro de 2025	4,32%	22	15 de dezembro de 2030	10,06%
3	15 de junho de 2021	2,87%	13	15 de junho de 2026	4,69%	23	15 de junho de 2031	11,65%
4	15 de dezembro de 2021	2,95%	14	15 de dezembro de 2026	4,92%	24	15 de dezembro de 2031	13,18%
5	15 de junho de 2022	3,10%	15	15 de junho de 2027	5,39%	25	15 de junho de 2032	15,84%
6	15 de dezembro de 2022	3,19%	16	15 de dezembro de 2027	5,69%	26	15 de dezembro de 2032	18,82%
7	15 de junho de 2023	3,37%	17	15 de junho de 2028	6,28%	27	15 de junho de 2033	24,25%
8	15 de dezembro de 2023	3,49%	18	15 de dezembro de 2028	6,70%	28	15 de dezembro de 2033	32,01%
9	15 de junho de 2024	3,70%	19	15 de junho de 2029	7,47%	29	15 de junho de 2034	50,00%
10	15 de dezembro de 2024	3,84%	20	15 de dezembro de 2029	8,07%	30	06 de janeiro de 2035	100,00%

O VNU é atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado de forma *pro rata temporis*, com base em 252 dias úteis.

Sobre a VNU atualizada incidirão juros remuneratórios, correspondentes a 4,40% a.a.

a. Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures serão garantidas por:

- Cessão Fiduciária de Créditos;
- Alienação Fiduciária da Companhia; e
- Alienação Fiduciária de equipamentos.

O instrumento de emissão estabelece cláusulas restritivas (covenants) quantitativas e qualitativas que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado das Debêntures. Os covenants são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso das Debêntures emitidas pelas controladas São Pedro II e São Pedro IV, um dos covenants pactuados é a manutenção do índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), obtido através da divisão do EBITDA (refere-se ao resultado antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) pelo Serviços da Dívida (refere-se ao montante de amortizações de juros das dívidas detidas pelo Grupo). O resultado deve se manter igual ou superior à 1,20 e deve ser apurado pelas controladas anualmente com base em suas demonstrações financeiras auditadas da São Pedro II e São Pedro IV.

17 Provisão de ressarcimento e cessão a pagar

	Consolidado	
	2021	2020
Passivo de ressarcimento – contratual (a)	27.110	1.857
Cessão a pagar	-	464
Total de provisão de ressarcimento e cessão a pagar	27.110	2.321

(a) Ressarcimento

Conforme previsto nos PPAs firmados no Leilão de Energia de Reserva (“LER”), o Grupo realiza o acompanhamento da curva de geração mensal versus a curva mensal prevista em contrato, e reconhece provisões de custos de ressarcimento em caso de geração energética inferior à

quantidade mensal contratada, e receita adicional em caso oposto. Ao final de cada ano do contrato (12 meses) é realizada a apuração das provisões, resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar. Os valores serão atualizados mensalmente e ao final de 12 meses serão apurados e caso a Companhia permaneça com a geração abaixo do volume contrato, irá reconhecer uma Cessão a pagar.

Com o início do contrato de fornecimento às concessionárias referente às empresas do complexo de Barreiras em janeiro de 2021, de acordo com o 25º Leilão de Energia Nova (“LEN”), a Companhia realiza o acompanhamento da curva de geração mensal versus a curva mensal prevista em contrato, e reconhece provisões de custos em caso de geração energética inferior à quantidade mensal contratada, e receita adicional em caso oposto. Ao final de cada ano do contrato (12 meses) é realizada a apuração das provisões, resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar. Esta apuração ocorrerá em janeiro de 2022.

Em 2021, devido a limitação da rede de transmissão na malha energética localizada na região Nordeste, região onde os ativos do Grupo se encontram instalados, o ONS aplicou cortes na geração mensal, regularmente durante este período de 2021, ocasionando baixa geração e por consequência obrigando o Grupo a reconhecer provisões de ressarcimento dado a geração abaixo do contratado. A provisão reconhecida é calculada com base no preço spot da energia no mês de reconhecimento, e o mesmo apresentou um avanço significativo em 2021.

O saldo acumulado da provisão em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 27.110 (R\$ 2.327 em 31 de dezembro de 2020) e está registrado no passivo.

18 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, o Grupo tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$29.497. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 6,24%.

Mediante à mudança do cenário nacional, a Administração apurou um aumento dos custos dos serviços necessários para a desmobilização e o avanço das taxas de juros no mercado nacional. Desta forma em 31 de dezembro de 2021 a Administração atualizou o estudo de desmobilização do ativo, e passou a reconhecer um acréscimo à provisão no montante de R\$13.086.

Este montante foi mensurado mediante a subtração do saldo remanescente da provisão, menos a projeção dos custos necessários para desmobilização do ativo até 31 de dezembro de 2035 e descontado a valor presente pela taxa de desconto de 7,74%.

Este acréscimo foi reconhecido em contrapartida ao custo de desmobilização no Imobilizado e Ativo de direito de uso, conforme nota explicativa nº 12 e 13, respectivamente, assim como o valor originalmente reconhecido.

O valor correspondente à desmobilização é amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro 2021 é de R\$ 48.689 (R\$32.985 em 31 de dezembro de 2020).

Tendo em vista que somente alguns contratos de arrendamento se enquadraram aos requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o custo para desmobilização foi acrescido ao ativo de direito de uso e ao imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

Planta	Prazo de amortização	Imobilizado					
		31/12/2019	Amortização	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Juazeiro I	12/2048	2.598	(97)	2.695	1.756	(159)	4.292
Juazeiro II	12/2048	2.599	(97)	2.696	1.756	(159)	4.293
Juazeiro III	12/2048	2.600	(96)	2.696	1.756	(159)	4.293
Juazeiro IV	12/2048	2.600	(96)	2.696	1.756	(159)	4.293
Sol do Futuro I (a)	03/2049	1.741	(64)	1.805	492	(93)	2.204
Sol do Futuro II (a)	03/2049	1.741	(64)	1.805	492	(93)	2.204
Sol do Futuro III (a)	03/2049	1.742	(63)	1.805	492	(93)	2.204
São Pedro II	11/2048	2.012	(75)	2.087	1.147	(120)	3.115
São Pedro IV	11/2048	2.012	(75)	2.087	1.147	(120)	3.114
Barreiras I	11/2049	1.794	(64)	1.858	573	(95)	2.336
Barreiras II	11/2049	1.794	(64)	1.858	573	(95)	2.336
Barreiras III	11/2049	1.794	(64)	1.858	573	(95)	2.336
Barreiras IV	11/2049	1.794	(64)	1.858	573	(95)	2.336
Total:		26.821	(983)	27.804	13.086	(1.535)	39.356

- (a) O valor dos ativos referente às empresas Sol do Futuro foram reconhecidas como ativo de direito de uso conforme nota explicativa nº 12.

A provisão para desmobilização apresentou a seguinte movimentação ao longo de 2021:

	2021	2020
Saldo inicial	32.985	30.939
Adição por remensuração da provisão	13.086	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	2.618	2.046
Saldo final	48.689	32.985

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 671.015 (R\$ 820.343 em 31 de dezembro de 2020), representado por 1.607.364.083 ações ordinárias (1.950.237.873 em 31 de dezembro de 2020), nominativas e sem valor nominal parcialmente integralizadas pelo acionista Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de 100% das ações. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve redução de capital de R\$ 149.328, sendo R\$ 89.328 realizado via transferência bancária e R\$ 60.000 a serem pagos durante o exercício de 2023. Para o mesmo período base de 2020 ocorreu o evento de cisão parcial da Companhia com redução de capital de R\$45.841, restando o saldo a ser integralizado de R\$6.145.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva

legal no término do exercício fiscal.

c. Reserva de capital

Ao longo do período de 2020 o Grupo recebeu ativos líquidos provenientes de cisões. Os saldos recebidos referem-se ao intervalo entre a data do laudo que foi 30 de abril de 2020 e a data da efetiva transferência desses ativos que foi em 01 de agosto de 2020, incorrendo em variações nos saldos dos ativos líquidos das companhias cindidas. Desta forma o Grupo reconheceu como transações de capital o montante de R\$ 3.251.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

e. Dividendos

Conforme previsto no Artigo 204 da Lei 6.404/76 e deliberado no Estatuto Social da Companhia no Capítulo VI, a Administração designou em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 17.441 à título de Dividendos Intermediários, inerentes ao saldo remanescente de Reserva de retenção de lucros constituídos em 2020, conforme último Balanço Patrimonial.

Em função do prejuízo apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não procedeu com a destinação de lucros para distribuição aos acionistas.

20 Receita operacional líquida

Fluxos de receitas e desagregação da receita de contrato com clientes

O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. Os contratos podem gerar dois fluxos de receita, a Receita Fixa e Receita Variável. Na tabela a seguir está apresentada a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício, que é condizente com as receitas brutas para fins fiscais:

	Consolidado	
	2021	2020
Receita contrato de energia de reserva (CER)	213.779	202.800
Receita contrato de leilão de energia nova (LEN)	27.716	-
Receita no mercado de curto prazo (MCP)	-	64
Receita no mercado de curto prazo (ACL)	4.740	51.185
Receita bruta total	246.235	254.049
Impostos sobre venda	(9.004)	(9.421)
Total da receita operacional líquida	237.231	244.628

21 Custo de operação e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos do serviço de energia elétrica				
Depreciação e amortização (a)	-	-	(48.482)	(49.226)
Operação e manutenção	-	-	(33.265)	(13.655)
Encargo de uso de rede de energia elétrica	-	-	(11.586)	(12.434)
Correção monetária da provisão de desmobilização	-	-	(2.615)	(2.046)
Serviços técnicos	-	-	-	(1.533)
Compromissos sociais e ambientais	-	-	(2.603)	(2.083)
Custos de locação de terras (b)	-	-	(2.326)	(2.864)
Seguros	-	-	(2.271)	(2.218)
Outros custos	-	-	429	(4.223)
Total	-	-	(102.719)	(90.282)

- (a) Refere-se a depreciação e amortização do custo de desmobilização e ativo de direito de uso.
- (b) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas gerais e administrativas				
Amortização do intangível	(15.644)	-	(15.644)	-
Despesas com pessoal (a)	(1.892)	(13.533)	(1.892)	(13.580)
Contabilidade e auditoria	(132)	(107)	(2.086)	(2.684)
Serviços tomados	(520)	(450)	(249)	(622)
Assessoria e advogados	(216)	(587)	(3.599)	(5.408)
Despesas com aluguel e condomínio	(1)	(311)	(1)	(104)
Depreciação e amortização	(153)	(351)	-	-
Propaganda e publicidade	(204)	(371)	(204)	(371)
Licenças, despesas regulatórias e taxas	(1.136)	(554)	(2.439)	(1.606)
Despesas consumo do escritório (a)	(22)	(250)	(584)	(787)
Despesas com viagens	(68)	(438)	(107)	(583)
Compartilhamento de despesas (b)	(12.073)	5.089	-	-
Outros	(189)	-	(80)	-
Transferência de títulos a pagar intercompany (c)	9.683	-	9.683	-
Total	(22.567)	(11.863)	(17.202)	(25.745)

- (a) Com o processo de reorganização societária ocorridos em 2020 a remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários, benefícios monetários, bônus e consumo de escritório, foram transferidos para Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
- (b) Refere-se a compartilhamento de despesas entre partes relacionadas conforme nota explicativa nº 24
- (c) O Grupo Atlas Brasil realizou em novembro de 2021 uma reestruturação o qual centralizou todos os títulos a receber e a pagar com Partes Relacionadas do Exterior na Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. Desta forma a Companhia reconheceu a transferência destes títulos.

22 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	318	810	6.996	4.802
Outras receitas financeiras	-	-	-	118
Variação cambial ativa (c)	-	476	-	760
	318	1.286	6.996	5.680
Despesa financeira				
Despesas bancárias e carta fiança	(528)	-	(18.165)	(20.149)
Despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	-	-	(107.252)	(59.447)
Despesas de juros – partes relacionadas	(53)	-	-	-
Bônus de adimplência (b)	-	-	1.980	-
Juros fornecedores	-	(1.280)	-	(1.248)
Juros sobre arrendamento	-	(16)	(683)	(683)
Atualização monetária sobre desmantelamento	-	-	-	(2.046)
Variação cambial passiva (c)	(678)	-	(574)	-
	(1.259)	(1.296)	(124.694)	(83.573)
Resultado financeiro, líquido	(941)	(10)	(117.698)	(77.893)

(a) Conforme nota explicativa nº 16

(b) Refere-se à redução dos juros conforme nota explicativa nº16, aqui demonstrado positivo para melhor apresentação.

(c) As variações cambiais são provenientes de fornecedores estrangeiros, conforme nota explicativa nº 25. As variações cambiais positivas são registradas como receita e as negativas como despesas.

23 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2021 o montante remanescente a pagar de Imposto de Renda e Contribuição Social do Grupo é de R\$ 2.686 (R\$2.329 em 31 de dezembro de 2020). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora	
	2021	2020
(Prejuízo) Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(11.051)	39.767
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	318	6
Contrato de venda de energia – nota 14	15.644	-
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	(13.017)	(50.054)

Base de cálculo	(8.106)	(10.281)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	-	-

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 51.653 (R\$ 43.547 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia não constitui impostos diferidos ativos dado que por ser uma Holding e seu lucro ser basicamente resultado de equivalência, que é um resultado não tributável, a Companhia não apresenta expectativa de lucros tributáveis.

	Consolidado	
	2021	2020
Receita bruta (*)	246.235	254.049
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	19.699	20.324
Presunção da contribuição social - 12% (b)	29.548	30.486
Demais receitas (c)	8.371	4.474
Base de cálculo do IRPJ - (a) + (c)	28.070	24.794
Imposto de renda a alíquota de 15%	(4.210)	(3.720)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(2.639)	(2.456)
Total imposto de renda	(6.849)	(6.176)
Base de cálculo da CSLL - (b) + (c)	36.668	34.960
Contribuição social a alíquota de 9%	(3.413)	(3.146)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(10.262)	(9.322)
Alíquota efetiva	4%	4%

(*) O montante apresentado como receita bruta é composto pela receita bruta adicionado aos efeitos de ressarcimento, conforme apresentado na nota explicativa nº 20.

A tributação aplicada no consolidado refere-se ao regime optado pelas investidas, de lucro presumido, portanto, tendo sua despesa de imposto de renda e contribuição social calculados sobre suas receitas operacionais e financeiras.

24 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta e final é o Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

(i) Operações com pessoal-chave da Administração

Com o processo de reorganização societária conforme nota explicativa 1.4, a remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários, benefícios monetários e bônus, foram transferidos para Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

(ii) Operações com partes relacionadas

<u>Controladora</u>	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>(i) Partes relacionadas – Nacional</u>				
Atlas do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	-	1.841	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	-	1.994	-	226
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	-	2.002	-	223
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	-	1.993	-	223
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	-	1.994	-	223
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	516	4.370	-	349
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda. (b)	516	4.133	1.114	341
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	362	2.041	-	1.350
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	389	1.986	-	1.022
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	389	1.986	-	1.241
Solar Barreiras I Energia SPE LTDA	369	1.806	-	649
Solar Barreiras II Energia SPE LTDA	369	1.104	-	15
Solar Barreiras III Energia SPE LTDA	369	1.104	-	86
Solar Barreiras IV Energia SPE LTDA	369	1.104	-	131
Atlas Juazeiro Holding LTDA	8.079	3.827	19.119	22.735
Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia Ltda.	-	426	-	-
Atlas Casablanca Holding Ltda	-	1.064	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	10	103	-	257
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	120	-	2.486
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	-	16	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	-	10	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	-	10	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	2.008	-
Total	11.737	35.034	22.241	31.557
	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>(ii) Partes relacionadas – Internacional</u>				
Atlas Renewable Energy Chile SpA	-	884	-	5.925
Parque Solar Fotovoltaico Sol Del Desierto SPA	-	1.431	-	-
Atlas Renewable Energy Spain S.L.U	-	74	-	-
Atlas Renewable Energy Mexico S. DE R.L DE CV	-	1.199	-	927
Vega Solar 6 Sapi de C.V	-	-	-	-
La Pimienta Solar S DE R.L. DE C.V	-	1.151	-	-
Atlas Renewable Energy USA, LLC	-	744	-	6.477

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Total	-	5.483	-	13.329
--------------	---	-------	---	--------

Operação partes relacionadas (i+ii)	<u>11.737</u>	<u>40.517</u>	<u>20.233</u>	<u>44.886</u>
--	---------------	---------------	---------------	---------------

	Contas a receber		Contas a Pagar	
	2021	2020	2021	2020

(iii) Mútuos com partes relacionadas

Atlas Juazeiro Holding LTDA (a)	-	-	19.724	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.(b)	-	-	-	2.213
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda. (b)	-	-	-	6.924
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda. (b)	-	-	-	6.963
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda. (b)	-	-	-	7.182
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A. (b)	-	-	-	4.964
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A. (b)	-	-	-	2.667
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A. (b)	-	-	-	3.495

Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.724</u>	<u>34.408</u>
--------------	----------	----------	---------------	---------------

	Contas a receber		Contas a Pagar	
	2021	2020	2021	2020

(iv) Dividendos

Central Fotovoltaica Sol do Futuro I	1.045	857	-	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II	1.567	1.094	-	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III	1.555	712	-	-
Central Fotovoltaica São Pedro II	-	477	-	-
Central Fotovoltaica São Pedro IV	2	1.302	-	-

	<u>4.169</u>	<u>4.442</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
--	--------------	--------------	----------	----------

	Receita		Despesa	
	2021	2020	2021	2020

(iv) Resultado

Atlas Juazeiro Holding LTDA	-	5.829	(349)	-
Atlas Renewable Energy Chile SpA	-	-	(1.126)	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	-	-	-	(220)
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	-	-	-	(218)
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	-	-	-	(212)
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	-	-	-	(213)
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	332	-	-	(48)
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda.	332	-	-	(68)
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	258	-	-	(134)
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	258	-	-	(73)
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	258	-	-	(94)
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	281	-	-	-
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	281	-	-	-

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	281	-	-	-
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	281	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	-	(13.107)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	(1.156)	-
	2.562	5.829	(15.738)	(1.280)

	Receita		Despesa	
	2021	2020	2021	2020
(iv) Resultado financeiro				
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	-	-	(3)	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	-	-	(11)	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	-	-	(11)	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	-	-	(11)	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	-	-	(8)	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	-	-	(4)	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	-	-	(5)	-
	-	-	(53)	-

(a) Mútuo concedido pela Atlas Juazeiro Holding S.A. com juros de 100% da SELIC o qual será integralmente liquidado ao longo de 2022.

(b) Mútuo concedido pelas controladas com juros de 100% da SELIC e foi integralmente liquidado ao longo de 2021.

Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar	
	2021	2020	2021	2020
(i) Partes relacionadas – Nacional				
Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda	-	1.843	-	30
Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia Ltda	23	426	-	-
Atlas CasaBlanca Holding Ltda.	-	1.064	-	-
Atlas CasaBlanca Comercializadora de energia Ltda.	451	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	9	103	-	257
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	141	22	2.486
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	2.007	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	-	16	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	-	10	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	-	10	-	-
Total	483	3.613	2.029	2.773
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2021	2020	2021	2020

(ii) Partes relacionadas – Internacional

Atlas Renewable Energy Chile SpA	-	884	-	5.925
Parque Solar Fotovoltaico Sol Del Desierto SPA	206	1.431	-	-
Atlas Renewable Energy Spain S.L.U	-	74	-	-
Atlas Renewable Energy Mexico S. DE R.L DE CV	-	1.199	-	927
Vega Solar 6 Sapi de C.V	206	-	-	-
La Pimienta Solar S DE R.L. DE C.V	1.705	1.151	-	-
Atlas Renewable Energy USA, LLC	-	744	-	6.477
Total	2.117	5.483	-	13.329
Operação Intercompany (i+ii)	2.600	9.096	2.029	16.102

	<u>Receita</u>		<u>Despesa</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
(iv) Resultado				
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	-	(15.508)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	(1.463)	-
Atlas Renewable Energy Chile SpA	-	-	(1.126)	(3.551)
Parque Solar Fotovoltaico Sol Del Desierto SPA	-	331	-	(3.702)
Atlas Renewable Energy Spain S.L.U	-	74	-	-
Atlas Renewable Energy Mexico S. DE R.L DE CV	-	688	-	-
Atlas Renewable Energy USA, LLC	-	64	-	-
	-	1.157	(18.097)	(5.653)

- (i) Refere-se aos montantes de contas a pagar e receber entre partes relacionadas. As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são:
- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
 - Despesas legais e advocatícias e seguros.
- (ii) Refere-se aos montantes entre pares relacionadas do exterior a serem liquidadas em 2022.
- (iii) Refere-se a mútuos entre partes relacionadas liquidados parte em 2021 e outra parte será liquidada em 2022.
- (iv) Refere-se aos saldos reconhecidos ao resultado de partes relacionadas atrelados a recuperação de compartilhamento de custos e despesas

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota	2021- Valor contábil (controladora)		2020 - Valor contábil (controladora)	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	54.328	1.239	24.547	72
Contas a receber	9	-	11.737	-	40.517
Outras contas a receber		-	2	-	91
Caixa restrito	10	-	-	-	-
Total		54.328	12.978	24.547	40.680
Passivos					
Fornecedores	15	-	22.398	-	45.153
Empréstimos e financiamentos e debêntures	16	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	12	-	-	-	-
Outras contas a pagar	15	-	60.026	-	84
Total		-	82.424	-	45.237

	Nota	2021 - Valor contábil (consolidado)		2020 - Valor contábil (consolidado)	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	141.916	18.699	216.639	27.489
Contas a receber	9	-	37.491	-	39.396
Outras contas a receber		-	2.083	-	4.547
Caixa restrito	10	-	27.203	-	18.864
Total		141.916	85.476	216.639	90.296
Passivos					
Fornecedores	15	-	30.653	-	26.349
Empréstimos e financiamentos e debêntures	16	-	831.282	-	831.282
Passivo de arrendamento	12	-	8.057	-	8.057
Outras contas a pagar	15	-	64.042	-	64.042
Total		-	934.394	-	929.730

	Nível hierárquico do valor justo	2021 - Valor justo e valor contábil (controladora)		2020 - Valor justo e valor contábil (controladora)	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
		Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	55.567	55.567	24.619	24.619
Contas a receber	Nível 2	11.737	11.737	40.517	40.517
Outras contas a receber	Nível 2	2	2	91	91
Total		67.306	67.306	65.227	65.227
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	-	22.398	-	45.153
Outras contas a pagar	Nível 2	-	60.026	-	84
Total		-	82.424	-	45.237

	Nível hierárquico do valor justo	2021 – Valor justo e valor contábil (consolidado)		2020 – Valor justo e valor contábil (consolidado)	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
		Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	160.615	160.615	244.128	244.128
Contas a receber	Nível 2	37.491	37.491	39.396	39.396
Outras contas a receber	Nível 2	2.083	2.083	4.547	4.547
Caixa restrito	Nível 2	27.203	27.203	18.864	18.864
Total		227.392	227.392	306.935	306.935
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	30.653	30.653	26.349	26.349
Empréstimos e financiamentos e debêntures	Nível 2	824.025	824.025	847.196	847.196
Passivo de arrendamento	Nível 2	8.057	8.057	8.138	8.138
Outras contas a pagar	Nível 2	64.042	64.042	12.881	12.881
Total		926.777	926.777	894.564	894.564

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Consolidado	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	160.615	244.128
Caixa restrito	27.203	18.864
Contas a receber	37.491	39.396
Outras contas a receber	2.083	4.547
Total das transações no resultado	227.392	306.935

Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2021 o

Grupo avaliou que não foi necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes. O Grupo não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Aplicações financeiras

O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

A exposição máxima ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como custo amortizado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 141.916 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 216.639 em 31 de dezembro de 2020).

Garantias

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Grupo havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a suas controladas.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2021		Consolidado				
Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais					
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	617.119	957.684	71.828	227.328	275.580	382.948
Debêntures	214.163	353.351	22.544	85.121	136.488	109.198
Arrendamentos	8.057	8.057	90	318	543	7.106
Fornecedores e outras contas a pagar	76.363	76.363	76.363	-	-	-
	915.702	1.395.455	170.825	312.767	412.611	499.252

31 de dezembro de 2020		Consolidado			
Valor	Fluxos de caixa contratuais				
	1 ano	2 - 5	6 - 10	Mais que	

	contábil	Total	ou menos	anos	anos	10 anos
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	641.438	835.623	58.560	187.139	230.842	359.082
Debêntures	205.758	268.048	18.784	60.030	74.049	115.185
Arrendamentos	8.138	8.138	82	291	525	7.240
Fornecedores e outras contas a pagar	10.247	10.247	10.247	-	-	-
	<u>865.581</u>	<u>1.122.056</u>	<u>87.591</u>	<u>247.460</u>	<u>305.416</u>	<u>481.507</u>

26 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre o real, (BRL) sua moeda funcional e o dólar americano (USD). A exposição decorre dos saldos de fornecedores estrangeiros atrelado ao dólar americano

Risco de taxa de juros

Decorre de a possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, os perfis de taxa de juros do Grupo são em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade de índices indexadores

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus

instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco:

Variação das taxas de juros e índices		Variação 31/12/2021	Cenário provável 31/12/2022	Sensibilidade		
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA (a)		10,03%	5,03%	5,03 p.p	6,29 p.p	7,55 p.p
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)		4,42%	11,50%	11,50 p.p	14,38 p.p	17,25 p.p

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	TJLP	(214.163)	(10.772)	(13.465)	(16.159)	13.465	16.159
Debêntures	IPCA	(617.119)	(31.041)	(38.801)	(46.562)	38.801	46.562
Total		(831.282)	(41.813)	(52.266)	(62.721)	52.266	62.721
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	169.119	19.449	24.311	29.173	(24.311)	(29.173)

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Boletim Focus

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

27 Contingências

A Empresa possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como possível, conforme segue:

- (i) Fornecedora de serviços e mão de obra do parque fotovoltaico das investidas diretas de Solar Barreiras I Energia SPE Ltda, Solar Barreiras II Energia SPE Ltda, Solar Barreiras III Energia SPE Ltda e Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda, requisita pagamento de indenização por suposta inadimplementos e atrasos nos cumprimentos das obrigações contratuais no valor de R\$ 21.024 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) Empresa encarregada pelo projeto e construção do parque fotovoltaico demanda pagamento de indenização por supostos inadimplementos e atrasos nos cumprimentos das obrigações contratuais no valor estimado de R\$ 21.024 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

Não há contingências passivas avaliadas com risco de perda provável em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

28 Demonstração dos fluxos de caixa

Informações suplementares

Conforme memória de fluxo, identificamos outros movimentos que não afetaram Caixa que precisam ser apresentados:

	Nota	Controladora	
		2021	2020
Redução de capital nas investidas	11	-	(1.200)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	2.078
Outras contas a pagar	15	60.000	-
Redução de capital social	15	(60.000)	-
		<u>-</u>	<u>878</u>

	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Impostos a recuperar		-	161
Outras contas a receber		-	1.273
Adiantamento a fornecedores		-	(944)
Aquisição de ativo imobilizado	13	-	8.613
Contas a receber para partes relacionadas	9	-	(3.381)
Direito de uso	12	-	(336)
Fornecedores	15	18.332	357
Contas a pagar para partes relacionadas	24	-	(5.982)
Obrigações fiscais		-	(162)
Outras contas a pagar	15	-	(271)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(2.078)
Redução de capital em investidas	11	-	(45.840)
Outras contas a pagar	15	60.000	-
Redução de capital social	19	60.000	-
Provisão para desmobilização	12	13.086	-
Imobilizado	13	(29.944)	-
Arrendamento	12	(1.474)	-
		<u>-</u>	<u>(48.590)</u>

29 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
TUST/CUST/CCT (a)	12.169	12.781	13.424	14.099	140.990

Contratos de O&M	34.938	36.696	38.541	40.480	404.800
Total	47.107	49.477	51.965	54.579	545.790

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (TUST/CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos custos do uso de transmissão, objeto da Tarifa de Uso da Transmissão (TUST) e gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/22 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas. Os contratos são assinados com vigência de 5 anos, podemos ser renovados por mais 5 anos, durante o período de operação da Companhia.

30 Eventos subsequentes

Durante o período de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia em 2022 e mediante seus assessores jurídicos, a Companhia foi informada sobre o processo trabalhista no qual é requisitado pagamento à Dona da Obra, por empregado de subcontratada da empreiteira responsável pela construção do Projeto de verbas trabalhistas, como equiparação salarial, hora extra, reajuste e indenização no valor de 52.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *